

## **ABRINDO CAMINHOS PARA NOVOS MODOS DE EXISTÊNCIA**

Coordenador: GISLEI DOMINGAS ROMANZINI LAZZAROTTO

A experiência no atendimento de jovens que cumprem medida sócio-educativa em função de ato infracional aponta as limitações de oferta de vagas em programas de profissionalização e em organizações que tenham disponibilidade para realizar o acompanhamento às situações de aprendizagem que extrapolam as experiências do mundo do trabalho e envolvem demandas psicossociais emergentes deste público no contexto social brasileiro. Neste sentido, o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8.069 de 1990, apresenta a possibilidade de desenvolver projetos com o caráter de Trabalho Educativo que, conforme o Artigo 68, compreende a "atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo". Assim, vêm sendo desenvolvidas experiências de responsabilidade social e exercício de cidadania com demandas de profissionalização de jovens em situação de vulnerabilidade. Desde dezembro de 2002, a Universidade vem acompanhando um programa de trabalho educativo, iniciativa de uma organização pública federal, cuja função não está vinculada ao desenvolvimento de políticas públicas juvenis. Esse acompanhamento é possível através do projeto de Extensão "ESTAÇÃO PSI"- Estudo e Ação em Políticas de Inventar e Sujetivar, promovido pelo Departamento de Psicologia Social e Institucional da UFRGS. Através de uma ação comunitária, a experiência de assessoria se dá pela parceria da Universidade com diversos órgãos públicos (Procuradoria da República -PRRS, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo -FASE, Programa Municipal de Execução de Medidas Sócio-Educativas em Meio aberto PEMSE/FASC e Fundação de Proteção Especial -FPE) em uma ação coletiva de cidadania, sendo um dispositivo de formação de graduandos em psicologia e de produção de conhecimento quanto às formas de intervenção em políticas juvenis. O Programa conjuga esforços com organizações da rede pública de atendimento a jovens entre 16 e 18 anos que se encontram cumprindo medida sócio-educativa em função de ato infracional ou em medida protetiva em abrigos residenciais, oferecendo condições ao exercício de atividade regular remunerada dentro da perspectiva do Trabalho Educativo. O período de estágio varia conforme integração do adolescente ao projeto e conforme a idade, ocorrendo o desligamento ao completar dezoito anos. Além das atividades laborativas orientadas nos setores, os adolescentes participam da Oficina "Abrindo Cabeças", organizada por um grupo de servidores que desenvolve ações pedagógicas e culturais associadas ao processo de aprendizagem

escolar. O projeto tem como objetivos principais: oportunizar aos adolescentes experiências de pertencimento social que contribuam na construção de alternativas no enfrentamento do contexto de vulnerabilidade e violência; sensibilizar o quadro funcional da Procuradoria em relação à problemática da violência na juventude, contribuindo na problematização de políticas públicas neste contexto; apoiar iniciativas que promovam a cidadania e a solidariedade, compartilhando ações com o Comitê de Cidadania e de mais iniciativas dos servidores neste sentido; e possibilitar espaços de extensão universitária que contribuam na elaboração de metodologias de intervenção no contexto juvenil e na formulação de políticas públicas da juventude. Como metodologia, a intervenção da psicologia é viabilizada pela construção de um campo de análise sobre a produção de demanda e oferta deste tipo de ação, identificando analisadores dos processos de subjetivação das relações institucionais em projetos de trabalho educativo. Temos como interlocutores conceituais R. Lourau; F. Guattari e G. Deleuze. Também é fonte de reflexão o processo de conhecimento produzido pela própria equipe da psicologia, tanto na análise de implicação de nossa intervenção, como nas elaborações produzidas pelo nosso pesquisador nesta atividade de extensão. A partir disso, as equipes compartilham a análise permanente de elementos pedagógicos, psicológicos, éticos, econômicos, políticos e afetivos em espaços individuais e grupais que acompanham os efeitos do projeto na vida dos jovens e no contexto da Organização. Ao longo de dois anos e meio, já participaram do projeto quinze jovens, dos quais três se encontram estagiando atualmente; sete finalizaram o período máximo previsto, entre seis e doze meses (desligados por completarem um ano ou dezoito anos, ou mudança de cidade); dois interromperam o estágio por sua iniciativa; e três tiveram seu estágio interrompido no período de integração por avaliação da equipe. A partir da divulgação da proposta de Trabalho Educativo desenvolvida na PRRS, a Procuradoria da República do Município de Caxias do Sul implementou um programa similar, contando com a parceria da FASE e da Universidade de Caxias do Sul. Desde novembro de 2004 vem sendo organizada uma rede de trabalho educativo juvenil com outras organizações que oferecem programa semelhantes no município de Porto Alegre. O processo de intervenção da Universidade aponta que o exercício da cidadania como objetivo que se busca "para" o jovem, coexiste aos efeitos institucionais operados pelos espaços de análise de equipes e de organizações quanto aos modos de constituir relações de saber/poder na materialidade educativa do trabalho. As aprendizagens de pertencimento e compromisso produzidas na rede de relações institucionais ampliam os modos de trabalhar com as demandas juvenis contemporâneas e afirmam potencialidades de políticas públicas que se produzem pelas interações cooperativas.